



**XLIX CONCURSO PARA INGRESSO
À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

PROVA DISCURSIVA

GRUPO TEMÁTICO I

CADERNO DE RESPOSTAS

Inscrição:

Candidato:

Sala:

Assinatura: _____

Instruções:

- Este caderno de respostas contém, além da capa, 4 páginas, cada uma com espaço para resposta de uma questão.
- Não escreva nem faça qualquer tipo de marca no campo de AVALIAÇÃO, que se encontra na parte superior de cada folha.
- Somente a área pautada, com linhas numeradas de 1 a 40, deverá ser utilizada para a resposta.
- Somente será considerado para correção da resposta definitiva o texto escrito na área pautada.
- **Qualquer tipo de identificação nas folhas de respostas acarretará a atribuição de nota zero à questão.**
- Serão fornecidas folhas para rascunho.
- Escreva a resposta definitiva com letra legível, utilizando caneta preta ou azul. Evite o uso de corretivos.
- Não destaque ou separe as folhas deste caderno.
- A duração da prova é de 4 horas.
- Após as instruções iniciais proferidas pelo fiscal, nenhuma pergunta será respondida.
- Ao término da prova, entregue os cadernos de respostas e de questões ao fiscal.

QUESTÃO 1

A regulamentação legislativa da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) tornou o sistema de controle concentrado de constitucionalidade empregado no Direito Constitucional brasileiro mais abrangente e versátil, permitindo que o Supremo Tribunal Federal passasse a revisar a constitucionalidade de atos que, até a regulamentação, eram imunes ao controle abstrato exercido pela Corte. Em relação a essa ação constitucional, disserte sobre os seguintes pontos:

a) Qual o fundamento normativo e o significado jurídico do conceito de subsidiariedade aplicado na ADPF e qual é a posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal acerca desse conceito?

b) Qual é a posição do Supremo Tribunal Federal em relação ao cabimento da ADPF para o controle concentrado de leis municipais? Nesse ponto, o candidato também deverá referir exemplo de decisão da Suprema Corte brasileira sobre a questão.

c) Qual é a posição do Supremo Tribunal Federal em relação ao cabimento da ADPF para o controle concentrado de atos do Poder Público que não configuram emendas constitucionais e normas legais? Nesse ponto, o candidato também deverá explicar as espécies de atos do Poder Público que comportam revisão pela ADPF, à luz da jurisprudência da Suprema Corte brasileira.

QUESTÃO 2

Um dos temas mais complexos da relação entre Direito Ambiental e Direito Urbanístico no direito brasileiro refere-se ao conflito entre os princípios da proteção ambiental e do desenvolvimento urbano, quando está em questão a edificação e a urbanização em áreas de preservação permanente situadas no meio urbano. A tensão entre a demanda por ocupação do solo nas cidades brasileiras e a necessidade de preservação das margens de cursos d'água naturais têm sido objeto de regulação legislativa e de importantes decisões judiciais ao longo das últimas décadas. Em relação a esse conflito, disserte sobre os seguintes pontos:

a) Qual é a disciplina normativa vigente no direito positivo brasileiro em relação à extensão da faixa não edificável nas margens de cursos d'água naturais em trechos considerados como área urbana consolidada?

b) Qual é a disciplina normativa vigente no direito positivo brasileiro em relação à regularização de núcleos urbanos informais situados em áreas de preservação permanente de margens de cursos d'água naturais?

c) Qual é a posição atualmente predominante no Superior Tribunal de Justiça em relação a esse conflito e quais são os fundamentos jurídicos da posição adotada pela Corte em suas decisões sobre o tema?

QUESTÃO 3

Como ramo do direito público, o **Direito Financeiro** assume papel fundamental na organização, planejamento, transparência e controle social do Estado.

Apresente o conceito e o objeto do Direito Financeiro e indique os dispositivos da Constituição Federal que tratam da competência legislativa para a matéria e o capítulo que condensa exclusivamente regras e princípios sobre o referido ramo.

Discorra, com objetividade e precisão, sobre os princípios orçamentários: **a)** da exclusividade, **b)** da universalidade e **c)** da não vinculação, indicando os dispositivos da Constituição Federal que lhe sejam pertinentes.

QUESTÃO 4

Suponha a seguinte situação. O Prefeito de determinado Município encaminhou por sua iniciativa dois projetos de lei para deliberação da Câmara de Vereadores.

Por meio do **Projeto de Lei nº 01**, propôs a criação na estrutura do Poder Executivo de 10 cargos em comissão, sendo 07 cargos com atribuições típicas de assessoramento, 02 cargos com atribuições típicas de chefia e 01 cargo com atribuições típicas de direção. Por meio do **Projeto de Lei nº 02**, a fim de atender necessidade de excepcional interesse público, propôs a contratação temporária de 10 servidores, pelo prazo de dois anos, com previsão do direito à gratificação natalina e a férias remuneradas com o acréscimo de um terço.

A Câmara de Vereadores aprovou sem alterações o primeiro projeto, resultando na **Lei Municipal nº 01**. Quanto ao segundo projeto, acolhendo emenda apresentada por vereadores, manteve a remuneração prevista, mas, por entender mais adequada à necessidade do serviço público, aprovou a contratação temporária de 15 servidores, estabelecendo a possibilidade de sucessivas renovações contratuais a critério do Chefe do Poder Executivo. A aprovação do Projeto de Lei nº 02 resultou na **Lei Municipal nº 02**.

Diante do exposto:

a) Aponte e justifique, à luz dos elementos expressamente descritos e da disciplina normativa que trata do acesso aos cargos públicos, a conformidade constitucional das leis ou a existência de vícios que as maculem, indicando os dispositivos da Constituição Federal incidentes nas hipóteses.

b) Apresente, com objetividade e precisão, os critérios que devem ser observados na criação de cargos em comissão segundo interpretação fixada pelo Supremo Tribunal Federal pela sistemática da repercussão geral.